

h) A não remoção de resíduos durante ou após a realização da Feira anual de outubro, bem como o despejo de águas ou deposição de lixos e outros resíduos fora dos locais destinados a esse fim;

i) O tapamento, remoção ou destruição dos elementos referidos no n.º 4 do artigo 24.º que tenham sido colocados pela autarquia no recinto do parque urbano de Vila Franca de Xira;

j) A deterioração ou destruição dos recintos disponibilizados pela CMVFX ou de bens do domínio público que integrem o parque urbano.

3 — Os limites mínimos e máximos das coimas estabelecidos nos n.ºs 1 e 2 supra são elevados para o dobro sempre que o infrator for uma pessoa coletiva.

4 — A tentativa e a negligência são puníveis.

#### Artigo 28.º

##### Sanções acessórias

Atendendo à gravidade da infração e à culpa do agente, aos feirantes que infringam quaisquer disposições do presente Regulamento poderão ser aplicáveis, simultaneamente com a coima, as seguintes sanções acessórias:

a) Perda dos bens a favor do município, quando os mesmos servirem ou haja indícios de que estavam destinados a servir para a prática de uma contraordenação ou por esta foram produzidos;

b) A interdição do direito de participação na Feira anual de outubro pelo período de dois anos, quando a infração tiver sido praticada com flagrante e grave abuso da função ou com manifesta e grave violação dos deveres do feirante ou quando esta tiver sido praticada durante ou por causa da participação na Feira anual de outubro.

#### Artigo 29.º

##### Processo de contraordenação

1 — As contraordenações são processadas e sancionadas nos termos do Regime Geral das Contraordenações, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 433/82, de 27 de outubro e alterações subsequentes.

2 — Antes de proferida a decisão da autoridade administrativa é permitido ao feirante proceder ao pagamento voluntário da coima pelo montante mínimo, acrescido das custas do processo que forem devidas.

3 — Os feirantes são sempre responsáveis pelas infrações contraordenacionais praticadas ou tentadas pelos seus empregados ou colaboradores.

4 — A responsabilidade contraordenacional do feirante não o isenta da responsabilidade civil por perdas e danos nem da responsabilidade penal em que possa incorrer.

5 — A instrução dos processos de contraordenação constitui competência da CMVFX.

#### Artigo 30.º

##### Responsabilidade por danos

1 — O município de Vila Franca de Xira não se responsabiliza por quaisquer danos causados pelos feirantes e seus empregados ou colaboradores aos demais feirantes e aos visitantes e consumidores da Feira anual de outubro, nem pelos prejuízos ou danos que estes dois últimos eventualmente causarem aos feirantes.

2 — Compete aos feirantes a contratação dos seguros necessários à sua atividade.

3 — Compete também aos feirantes a guarda e vigilância dos respetivos espaços, bem como dos produtos e bens neles existentes, não se responsabilizando o município de Vila Franca de Xira por eventuais perdas, roubos, furtos ou demais danos causados, aos equipamentos e aos visitantes.

4 — Os feirantes e seus empregados ou colaboradores são responsáveis, nos termos gerais da responsabilidade civil, pelos danos que causarem nas instalações e equipamentos que foram disponibilizados pela CMVFX, bem como nos equipamentos, árvores, zonas ajardinadas, pavimentos e demais componentes existentes no parque urbano de Vila Franca de Xira.

#### Artigo 31.º

##### Fiscalização

1 — Compete à CMVFX a fiscalização do cumprimento do disposto no presente Regulamento.

2 — A Polícia de Segurança Pública prestará todo o auxílio necessário aos trabalhadores municipais encarregues de vigiar a Feira anual de outubro.

3 — Sempre que, no exercício das suas funções de fiscalização, o agente fiscalizador tomar conhecimento de infrações cuja fiscalização seja da competência específica de outras entidades, deverá informar de imediato tal ocorrência ao seu superior hierárquico para que seja comunicada à entidade competente.

#### Artigo 32.º

##### Alteração da legislação

Em caso de alteração da legislação mencionada no presente Regulamento, entende-se que todas as referências aqui efetuadas deverão sê-lo para o novo diploma legal.

#### Artigo 33.º

##### Comissão coordenadora da Feira anual de outubro

Compete à comissão apreciar e decidir todos os casos omissos no presente Regulamento cuja competência não esteja atribuída por lei à câmara municipal.

#### Artigo 34.º

##### Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação.

30 de junho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Alberto Simões Maia Mesquita*.

#### ANEXO I

##### DECLARAÇÃO

\_\_\_\_\_, com o NIF/NIPC

\_\_\_\_\_, com sede/residência em \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, portador do documento

de identificação n.º \_\_\_\_\_, declara que é proprietário

do equipamento \_\_\_\_\_ e que o

cede a \_\_\_\_\_ para que

possa ser utilizado por este na Feira Anual de Outubro do ano de

\_\_\_\_\_ em Vila Franca de Xira.

\_\_\_\_\_, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Assinatura

308770076

#### MUNICÍPIO DE VILA NOVA DA BARQUINHA

##### Aviso n.º 7836/2015

##### Delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Atalaia

Fernando Manuel dos Santos Freire, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova da Barquinha.

Torna público que, a Assembleia Municipal em sessão de vinte e seis de junho do ano de dois mil e quinze, deliberou, nos termos do n.º 1, do artigo 13.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana (RJRU), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, aprovar a delimitação da área de reabilitação urbana (ARU) de Atalaia.

Mais se informa que, nos termos do n.º 4, do artigo 13.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro na redação dada pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, os elementos que acompanham o projeto de delimitação

da área de reabilitação poderão ser consultados no sítio da internet da Câmara Municipal ([www.cm-vnbarquinha.pt](http://www.cm-vnbarquinha.pt)).

Para constar se publica o presente aviso e outros de igual teor que vão ser afixados nos lugares públicos de estilo e na página da internet deste Município.

7 de julho de 2015. — O Presidente da Câmara, *Fernando Manuel dos Santos Freire*.

208780696

## MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

### Aviso (extrato) n.º 7837/2015

Para efeitos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que cessou a relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, por motivo de rescisão do contrato de trabalho, em 1 de junho de 2015, o trabalhador

José João Sequeira Estevão — assistente operacional, posição remuneratória 4.ª, nível remuneratório 4, a que corresponde a remuneração base mensal de 635,07€.

24 de junho de 2015. — A Vereadora do Pelouro dos Recursos Humanos, *Maria da Conceição Cipriano Cabrita*.

308747161

## MUNICÍPIO DE VILA VIÇOSA

### Aviso n.º 7838/2015

Manuel João Fontainhas Condenado, Presidente da Câmara Municipal de Vila Viçosa, faz público, ao abrigo do artigo 139.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, que a Assembleia Municipal de Vila Viçosa, na 3.ª Sessão Ordinária do ano 2015, realizada a 29 de junho de 2015, aprovou, sob proposta da Câmara Municipal aprovada em 20 de maio de 2015, a alteração ao Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, Cultural e Recreativo do Concelho de Vila Viçosa.

### Alteração ao Regulamento de Apoio ao Associativismo Desportivo, Cultural e Recreativo do Concelho de Vila Viçosa

#### Artigo 1.º

#### Objectivos

Igual...

#### Artigo 2.º

#### Destinatários

1 — Igual...

2 — Igual...

#### Artigo 3.º

#### Contrapartidas de interesse público

Igual...

#### Artigo 4.º

#### Tipos de Apoio

1 — Igual...

#### Artigo 5.º

#### Programas de apoios

As candidaturas podem ser efetuadas para dois tipos de apoio:

a) Igual...

b) Igual...

#### Artigo 6.º

#### Candidaturas para atribuição de apoios

1.º Apoio à actividade regular:

1 — Igual...

2.º Apoio à prática desportiva federada

1 — Igual...

2 — Igual...

#### Artigo 7.º

#### Modalidades desportivas federadas

Igual...

#### Artigo 8.º

#### Requisitos de apoio às modalidades colectivas

Igual...

#### Artigo 9.º

#### Requisitos de apoio às modalidades individuais

Igual...

#### Artigo 10.º

#### Critérios de avaliação das candidaturas

1 — Igual...

2 — Igual...

3 — Igual...

#### Artigo 11.º

#### Despesas Elegíveis no Apoio à Actividade Regular

Igual...

#### Artigo 12.º

#### Despesas Elegíveis no Apoio à Prática Desportiva Federada

Igual...

#### Artigo 13.º

#### Divulgação de actividades

Igual...

#### Artigo 14.º

#### Disposições Finais

1 — Igual...

2 — Igual...

3 — Igual...

4 — As candidaturas deverão ser remetidas ao Município de Vila Viçosa, ao cuidado da Divisão de Administração Geral e Finanças responsável pela área.

5 — Igual...

6 — Igual...

7 — Igual...

8 — Igual...

9 — Igual...

10 — Igual...

11 — Igual...

12 — Igual...

13 — Igual...

14 — Igual...

7 de julho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *Manuel João Fontainhas Condenado*.

208779221

## FREGUESIA DE CAMPOLIDE

### Aviso n.º 7839/2015

#### Convocatória para a realização da prova de conhecimentos

Convocatória para a realização da prova de conhecimentos do procedimento concursal comum para constituição de relação jurídica de emprego público por tempo indeterminado, para o preenchimento de 4 postos de trabalho, na carreira/categoria de técnico superior, e 1 posto de trabalho, na carreira/categoria de assistente técnico, do mapa de pessoal da Junta de Freguesia de Campolide, aberto pelo Aviso n.º 5155/2015 de 11 de maio de 2015.